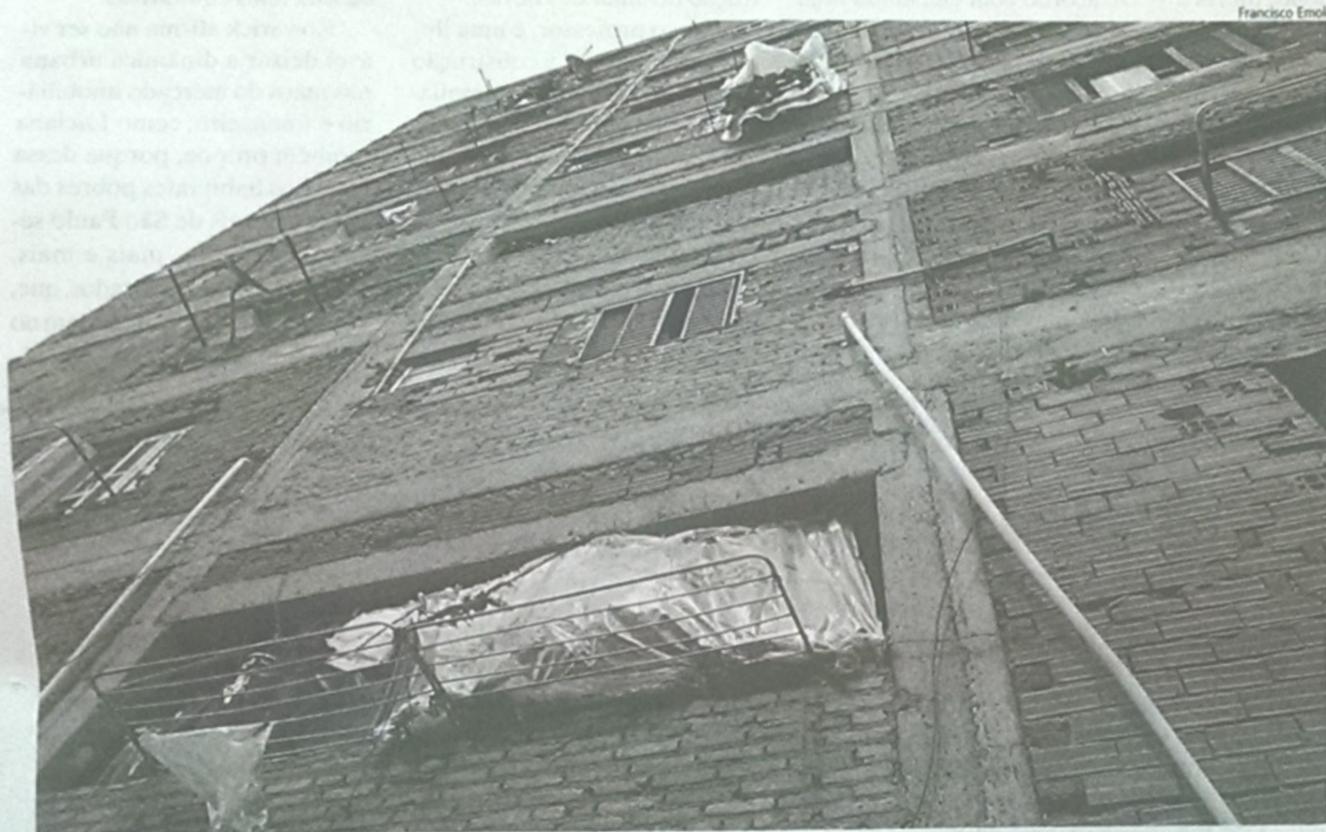


CIDADANIA

A conquista do Edifício União

Intervenção da USP transforma antigo cortiço num exemplo de projeto social de habitação, reduz tensões urbanas e educa os menos favorecidos a lutar por seus direitos



Francisco Emolo

O Edifício União: conquistas de um trabalho realizado há dez anos por professores da USP

mo selado com um novo letreiro na entrada. "Digamos que é como se a pessoa antes estivesse na Cracolândia e agora estivesse na igreja", compara José Francisco Nascimento, o Bianor, piauiense que há 15 anos veio para São Paulo e há 13 mora no prédio.

O tempo e o desgaste das condições desfavoráveis, como exposição ao frio, ao calor e a chuvas ácidas, foram prejudicando cada vez mais as estruturas inacabadas. A corrosão das armaduras nos pilares, lajes e vigas ameaçava a segurança dos moradores. Em 2008, a professora inscreveu o União num concurso promovido pelo Deutsche Bank e pela London School of Economics e ganhou um prêmio de US\$ 100 mil, valor que vem sendo destinado desde então a melhorias na edificação.

Doações – As intervenções corretivas para salvar a estrutura, entretanto, exigiam valores mais altos, e não havia recursos para

PAULO HEBMÜLLER

Em assentamentos precários –favelas, loteamentos irregulares, núcleos urbanizados, cortiços, conjuntos habitacionais irregulares–, áreas de risco ou de posse ilegal vivem cerca de 890 mil famílias na cidade de São Paulo. Embora a Secretaria Municipal de Habitação, que deu a informação ao Jornal da USP, ressalte que a maioria desses domicílios "depende apenas de obras de infraestrutura e do processo de regularização fundiária para se integrar ao mercado formal", os dados expressam a distância que separa a capital e o País do cumprimento do direito à moradia, um dos direitos sociais garantidos no artigo 6º da Constituição Federal.

Lutar pela concretização desse direito na vida de moradores de São Paulo é uma das motivações de um trabalho iniciado há mais de dez anos pela professora Maria Ruth Amaral de Sampaio, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP. Em seu longo percurso de pesquisa da habitação popular na cidade, faltava um cortiço, e a professora descobriu-o na rua Sólón, no Bom Retiro. O edifício inacabado de oito andares estava super-habitado, tinha problemas como acúmulo de lixo na entrada e risco de incêndio devido às precárias instalações

elétricas. Maria Ruth conversou com alguns moradores, perguntou se eles teriam interesse em ser tema de uma pesquisa da USP e ressaltou que a Universidade poderia ajudá-los muito em termos de organização. Prontamente os moradores aceitaram e o processo de transformação começou.

Dito assim, parece fácil –mas a realidade é muito mais complicada. Uma das primeiras etapas foi a redução do número de famílias que "acampavam" no local, que com o auxílio da Secretaria de Habitação da prefeitura caiu de 72 para as 42 que se mantêm até hoje. Iniciada na década de 1960, a construção foi abandonada devido ao falecimento do proprietário. Nos anos 80, as famílias ocuparam o edifício e trataram de fazer, com os conhecimentos e ferramentas que possuíam, as reformas nos espaços em que viviam. Com a chegada da professora Maria Ruth e de outros alunos e profissionais da FAU, uma das primeiras medidas foi instalar uma nova rede elétrica e formar uma brigada de incêndio constituída pelos moradores, que foram treinados pelo Corpo de Bombeiros.

O trabalho de conscientização da necessidade de zelar pela limpeza, ter cuidados com o lixo e atuar de forma coletiva levou a frutos como a escolha do nome do prédio: Edifício União, batis-

Alunos da USP ajudam a construir moradias

A organização não governamental Teto, presente na América Latina e Caribe, atua prioritariamente na construção de casas de emergência em assentamentos precários. "O papel da Teto é principalmente aproximar a sociedade de uma realidade que muitas vezes é esquecida", diz Julio Lima, de 28 anos, diretor social nacional da ONG. No Brasil desde 2006, a Teto já construiu quase 2 mil

moradias em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Bahia, envolvendo mais de 25 mil jovens voluntários. Um quarto desses jovens é de universitários com ligação com a USP, o que representa mais de 6 mil voluntários. Atualmente, são cerca de 400 jovens engajados nas comunidades e em áreas como captação de recursos e comunicação. Esse trabalho já foi destacado em reportagem

recente do Jornal da USP (disponível em <http://espaber.usp.net.usp.br/jorusp/?p=7485>).

O foco da Teto não está nas questões quantitativas. A ONG quer conhecer as pessoas, e não apenas estudar ou refletir sobre os dados – o que faz toda diferença. É por isso que os jovens estão nas favelas, lado a lado com a população, a cada final de semana. "Nossa expectativa é que a gente consiga influenciar as políticas públicas que afetam a vida dessas comunidades", diz Lima. A ONG quer também fortalecer cada vez mais as capacidades comunitárias e oferecer assessoria para a constituição de associações que possam, a partir da organização dos moradores, lutar pelo seu próprio desenvolvimento. "A moradia é um direito central para a garantia dos demais direitos, e isso não está sendo respeitado", salienta.



Cecília Bastos

A ONG em atividade: com a ajuda de alunos da USP

contratação de empresas especializadas. O caminho foi obter doações de empresas como MC Bauechemie, Basf e Gerdau. A PhD Engenharia, dirigida pelo professor da Escola Politécnica da USP Paulo Helene, cedeu profissionais para treinar os próprios moradores. Engenheiros como Karina Cavalcante de Oliveira os ensinaram a realizar procedimentos como mistura do grante e posicionamento da armadura. "A gente trabalhava todo sábado e domingo até 9 horas da noite. A minha família era o Edifício União", relata a engenheira Rachel Moraes, da PhD, que se envolveu no projeto há exatamente um ano, após a saída de Karina. O trabalho dos moradores era tecnicamente perfeito, diz Rachel, o que foi fundamental não só para a economia de recursos, mas também para que eles aprofundassem seu sentimento de solidariedade e de apropriação da moradia.

Um rodízio fazia com que, a cada final de semana, cerca de oito moradores se envolvessem nas obras, que entre outros aspectos recuperaram 16 pilares de sustentação no subsolo e no térreo. Outros moradores ajudavam fazendo a comida para quem estivesse com a mão na massa. Visitantes também eram bem-vindos, como as estudantes italianas Caterina Zappacosta e Alessia Vendetta, do curso de Engenharia da Construção—Arquitetura da Universidade Sapienza de Roma, que fizeram intercâmbio na Poli no primeiro semestre deste ano. Elas participaram de um final de semana do mutirão. "Os engenheiros foram muito disponíveis para explicar muitas coisas sobre o trabalho e ensinar coisas práticas, e também pude conhecer a história de alguns dos moradores", conta Caterina. "O trabalho no Edifício União foi uma das experiências mais bonitas da minha vida. Espero voltar em breve a São Paulo para visitar os moradores e a professora Maria Ruth", completa Alessia.

"A gente vai conseguir" – Entre as próximas etapas da reforma, está prevista a construção de



Moradores do Edifício União: dignidade para morar



Maria Ruth: exemplo de iniciativa

dois reservatórios de água, para sanar o abastecimento historicamente precário. Além disso, deve prosseguir a já iniciada demolição do oitavo pavimento, medida recomendada pelo professor Helene para maior segurança do prédio. A conclusão da fachada, desejo de todos os envolvidos, ainda depende de mais recursos, diz a engenheira Rachel Moraes. Mas, garante ela – com os olhos brilhando e um sorriso que revela o quanto o envolvimento com o projeto vai além do profissional –, "a gente vai conseguir, sim".

Há também os entraves da situação legal do edifício, ainda nebuloso. A associação de moradores requereu na Justiça o usucapião coletivo para obter os alvarás e possibilitar novas intervenções. "É um absurdo a legislação do município não reconhecer casos especiais", lamenta o professor Paulo Helene. O pedido formal de autorização da reforma da cobertura foi encaminhado pela PhD Engenharia. A obra, salienta Helene, é "fundamental à estabilidade, segu-

rança e salubridade do edifício".

Em viagem ao exterior, a professora Maria Ruth, responsável maior pela intervenção da USP que transformou um cortiço num exemplo de projeto social de habitação, respondeu por e-mail ao Jornal da USP que "sem a colaboração dos moradores do prédio e do professor Paulo Helene seria impossível dar ao prédio as condições de segurança que ele agora tem".

O professor da Poli, por sua vez, aponta que a colega da FAU organizou o grupo e trata, de forma educacional, de ensinar os caminhos corretos para a solução dos problemas. "A integração da USP com a comunidade nesses casos dos menos favorecidos me parece fundamental para reduzir tensões sociais e urbanas e ao mesmo tempo educar como lutar por seus interesses", completa. Morador do União há 17 anos, Mauro Froelich, gaúcho de Novo Hamburgo, resume o sentimento dos integrantes do projeto: "Isso aqui é uma conquista".



Moradores se organizam para construir e reformar sua moradia: educação para conquistar direitos



Um problema à espera de soluções

É quase meio-dia e o cheiro de comida sendo preparada vai se espalhando pelo ambiente. Os lençóis e cobertores que fazem as vezes de divisória entre as moradias não são fronteiras suficientes para a viagem dos aromas. Renata Santos, paulistana de 32 anos, chama algumas das voluntárias que vão cozinhar no fogão de sua moradia, numa ocupação compartilhada por dezenas de outras famílias no centro de São Paulo. Não são todos que têm fogão por ali. O de Renata é usado para preparar refeições diariamente para outras famílias, que contribuem com os alimentos. "Temos a responsabilidade de ajudar quem perdeu tudo", diz Renata.

A baiana Ana Paula Macedo de Quadro, de 40 anos, 20 deles em São Paulo, está entre os moradores do lugar. A mais velha dos seus cinco filhos tem 19 anos e mora com a avó em Salvador (BA). Um está com o pai e os outros vivem com ela e o atual marido nos poucos metros quadrados destinados à família. A televisão nova foi comprada à prestação. O fogão também é usado por vizinhos. Cerca de dez caixas de papelão, de mudança,

servem de armários. Ela faz bico distribuindo panfletos de agências de emprego pelas ruas e aguarda sair a licença que já pediu à prefeitura para poder voltar a vender café e bolo aos "plaqueiros", comerciantes e outros ambulantes. "Aqui as famílias não têm privacidade, porque o que está dividindo os vizinhos é um lençol", explica Silmara Congo, 43 anos.

Para Silmara, a reivindicação dos moradores de habitações precárias é sempre a mesma: que as políticas públicas de habitação sejam voltadas aos mais pobres. "Hoje você escolhe se paga aluguel e transporte ou se come. As famílias não querem nada de graça. Elas têm condição de pagar, mas não R\$ 600,00 ou R\$ 700,00 por mês", justifica.

Cerca de 90% dos moradores do lugar estão na informalidade ou em atividades como serviços gerais e limpeza. Por isso, é fundamental permanecer no centro da cidade, onde estão as oportunidades de trabalho, acesso à infraestrutura urbana e não há necessidade de perder tempo e dinheiro com longos deslocamentos. Há cerca de 30 ocupações semelhantes em diversas regiões da cidade.

Agora a Superintendência de Comunicação Social da USP tem um telefone exclusivo para atender seus leitores, ouvintes e telespectadores. Fale conosco de segunda a sexta-feira, das 10h às 19h, através do telefone.



SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO

(11) 3091-8709

SUAS DÚVIDAS E SUGESTÕES SERÃO MUITO BEM-VINDAS.

mídias universitárias

conheça, descubra, explore!

RÁDIO USP . TV USP . JORNAL DA USP . PORTAL DA USP . REVISTA USP . AGÊNCIA USP DE NOTÍCIAS

USP
SCS
Superintendência de Comunicação Social